

Briga na saúde

SERGIO AROUCA *

A educação, a segurança, o emprego, o combate à fome e a saúde são itens que aparecem em todas as listas de necessidades básicas dos brasileiros. Há algo comum a estes quatro setores: somente conseguirão atender à demanda de nossa sociedade se houver um acordo envolvendo os Poderes Legislativo, Executivo, empresários e trabalhadores quanto às políticas a serem implementadas, nos três níveis de governo, e quanto à velocidade dessa implementação.

Sem esta providência, o Brasil continuará sendo usado como um grande laboratório de teses econômicas, com predominância do neoliberalismo predatório e sua tentativa de imobilizar o Estado, provocando repercussões negativas e nefastas no campo social.

No caso da saúde, a falta desse acordo vem estimulando a corrida dos empresários da saúde em busca de parcelas cada vez maiores dos orçamentos públicos, inclusive com a adoção por alguns de sofisticados esquemas de corrupção. Do montante de 2% do PIB brasileiro alocados, anualmente, para pagar os "prestadores de serviços", uma parcela significativa tem sido destinada ao setor privado, em detrimento do aumento de aplicações em investimentos e recursos humanos que permitiriam reativar leitos na rede pública, além de inviabilizar maiores gastos nas áreas de prevenção e manutenção da saúde dos brasileiros.

Há estimativas, modestas, de que o "mercado" de saúde no Brasil movimenta anualmente cerca de 5% do PIB (R\$ 25 bilhões), reafirmando sua condição de ser simplesmente mais um segmento empresarial com inesgotável poder econômico.

Um mercado desse porte, em franca expansão, não pode continuar sendo tratado de forma irresponsável pelo Estado. Há fortes interesses em jogo na tentativa de denegrir os hospitais públicos, passando a imagem de que os hospitais privados são sempre os melhores e infalíveis. As bonitas propagandas veiculadas pela mídia dizem que estes hospitais tratam de tudo, só não esclarecem que estão excluídos da cobertura dos planos de saúde aqueles tratamentos que não dão lucro.

Os pacientes de alta complexidade e os crônicos, mesmo tendo plano de saúde particular, são transferidos para o Sistema Único de Saúde (SUS) sem qualquer reembolso por parte das empresas de saúde, as quais continuam recebendo a mensalidade do associado, enquanto ele está sen-

do tratado num leito do SUS. Por isto, não se pode deixar de pleitear o ressarcimento ao setor público por parte das seguradoras e planos de saúde.

Em face desta constatação, fica simples entender por que existe uma expressiva bancada parlamentar que guarda estreita ligação, ou tem origem profissional, com o ramo comercial da saúde. Considero democrática e legítima esta representação. No entanto, deve-se questionar a notória manipulação das AIH's (Autorização de Internação Hospitalar) com fins eleitorais.

O Congresso Nacional é o palco onde as mudanças são consolidadas por meio de legislação, portanto, quanto maior a chamada bancada AIH menor será a chance de recuperarmos o conceito original do SUS — sistema de saúde de acordo com os preceitos constitucionais de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado.

O atual texto constitucional permite a participação do setor privado no SUS. Contudo, não é aceitável que a rede de saúde pública seja, intencionalmente, sucateada e exposta à população como ineficiente, apenas para servir como indutora do crescimento da rede privada de hospitais, a qual sobrevive e lucra à custa de recursos públicos.

Este poder econômico atua de forma difusa, porém articuladamente. Graças à força de pressão deste segmento, a AIH ainda não foi extinta, embora reiteradamente essa providência venha sendo sugerida ao Poder Executivo como salutar para a saúde financeira do SUS e como inibidora de fraudes contra o Estado. Alternativas devem ser encontradas para sanar esta questão.

O eterno argumento de que não há recursos será sempre repetido enquanto não for alterado o perfil de gasto, posto que esta crescente rede privada consumirá cada vez mais verbas orçamentárias do Estado, em detrimento da manutenção e recuperação do sistema público de saúde.

Entendo ser necessário expor esta guerra de bastidores para que a opinião pública reflita sobre quais seriam os motivos para que os nossos dirigentes deixem que nos hospitais públicos faltem remédios, equipamentos, profissionais de saúde, criando uma verdadeira situação de penúria e falência na saúde pública, prejudicando quem mais precisa do Estado para ter os seus direitos de cidadão atendidos.

* Deputado federal pelo PPS-RJ e médico sanitarista